



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: São Paulo Previdência – SPPREV

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitações de aposentadoria pendentes. Ausência de resposta. Possibilidade de consulta direta às informações, desde que existentes. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 053/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à SPPREV, número SIC em epígrafe, para informações sobre a quantidade e o nome dos Procuradores do Estado que aguardam concessão de aposentadoria pelo ente.
2. A ausência de qualquer resposta no presente pedido ensejou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar a supressão de instância, o ente manteve-se inerte.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo que consiste não apenas em receber as manifestações, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
6. Assim, imprescindível que se manifeste quanto à específica demanda suscitada, fornecendo as informações em sua integralidade, desde que existentes e disponíveis, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. As informações públicas detidas pelos entes estatais devem ser fornecidas no formato em que se encontrem, havendo possibilidade de facultar-se o acesso mediante consulta direta pelo interessado aos expedientes nos quais as mesmas possam ser obtidas, comunicando-se local e modo para tanto, conforme a específica previsão do §3º do artigo 11 da Lei de Acesso a Informação.
8. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento da demanda até o presente momento e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012 e 11, §3º, da Lei de Acesso à Informação, devendo-se, nos termos do § 2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de março de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO